

# PROJETO EDUCATIVO ESCOLAR<sup>1</sup>

## EDUCATIONAL PROJECT SCHOOL

Fabio Perboni<sup>2</sup>

Normatizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) em meados da década de noventa, o Plano Educativo Escola (PEE) ou Projeto Político Pedagógico (PPP) ainda é relativamente pouco investigado no meio acadêmico e permanece inerte na maior parte das escolas brasileiras. Neste sentido, consideramos que pouco se avançou no sentido de sistematizar as experiências existentes para fazer do PEE um instrumento de melhoria da qualidade da educação. Este é o escopo da obra *Projeto Educativo Escolar*, organizada pelo professor José Camilo dos Santos Filho, “contribuir par o aprofundamento dos conhecimentos sobre o PEE, para o debate sobre as condições efetivas de sua eficácia e para o aprimoramento de sua prática”.

A obra está dividida em três partes: *Fundamentos do Projeto Educativo Escolar*, *Níveis de Concreção do Currículo Escolar* e *Projeto Educativo, Planejamento e Gestão Escolar*. Composto por um total de dez capítulos, sendo os quatro iniciais integrantes da primeira parte do livro, com foco na análise do conjunto de características e fundamentos antropológicos, filosóficos, sociais e políticos do PEE.

O primeiro capítulo, *Antropologia Filosófica: implicações para o Projeto Educativo Escolar* de autoria de Levino Bertan discute a existência humana, entendida no significado estrito como finalidade e sentido da vida de cada um. Parte de três questões iniciais: Quem é o homem? Por que e para quê ele vive? Qual é o seu sentido da vida? com as quais tenta responder a estes questionamentos iniciais sobre a existência humana.

Tecendo críticas ao processo de transformação do cidadão em cliente, situa a importância da ação da escola e sua relação com a existência do homem neste contexto. Passa por considerações de Sartre e de Heidegger busca a essência do ser humano detendo-se

---

<sup>1</sup> Resenha livre da obra SANTOS FILHO, José Camilo dos (Org.). *Projeto educativo escolar*. Petrópolis: Vozes, 2012.

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente; Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Políticas Públicas e Organização do Espaço Escolar (GPFPOPE). Email: fabioperboni@terra.com.br.

na análise de Mondin que define a natureza própria da pessoa humana em quatro elementos principais: autoconsciência, autonomia, comunicação e a transcendência.

A educação não pode ignorar as mudanças do mundo atual, identificando com a pós-modernidade em que prevaleça “a cultura do espetáculo, da superficialidade, da morte, do consumo da massificação”.

A identidade das culturas tradicionais, vinculadas às tradições e ao passado deixou de existir, as mudanças rápidas e constantes da pós-modernidade levam à crise de identidade, afetando também a educação. “há identidade contraditória e fragmentada, conduzindo em diversas direções”. Portanto, ao mesmo tempo, que somos construtores da cultura também somos fruto da cultura. Para o autor, a sociedade capitalista busca satisfazer necessidades variadas, mas a única (essencial) mais importante é a necessidade de sentido.

No segundo capítulo *Compreensão da Condição e de Identidade Humana: implicações para o Projeto Educativo Escolar*, José Camilo dos Santos Filho procura identificar os desafios educacionais contemporâneos, chamando a atenção para a especificidade brasileira em atender demandas já satisfeitas em outras partes do mundo ao mesmo tempo em que compartilha um desafio comum à todos os países, a ‘globalização’.

Dessa forma, temos que atender simultaneamente os desafios educacionais do século XX e os novos desafios advindos com o século XXI, tais como trabalhar os conteúdos de forma a ajudar os alunos a se compreenderem como pessoas humanas, integradas ao cosmos, à natureza e à sociedade local, nacional e planetária.

O pesquisador destaca que a condição humana não é percebida de forma automática, pois envolve várias dimensões. Assim, o conceito de homem tem, por um lado, o princípio biofísico, ligado à animalidade e à nossa condição física de parte da natureza, de outro lado, o princípio psico-sócio-cultural, ou seja, ao mesmo tempo vivemos como indivíduos únicos e como sociedade múltipla, num movimento contínuo de interação.

Cabe à educação trabalhar com o ‘destino da espécie humana’, ao mesmo tempo, em que trabalham com o destino individual, social e histórico, todos entrelaçados e inseparáveis, ou seja, a educação deve apresentar a complexidade da condição humana, deve educar para a mundialidade, para a austeridade, para a partilha, para a solidariedade, para pensar novas alternativas e para o uso sábio das novas tecnologias.

Na sequência, o capítulo três *Aspectos sociais da educação e a escola como organização social: implicações para o Projeto Educativo Escolar* de autoria de Cláudio Roberto Brocanelli e Renata Portela Rinaldi, estabelece a relação entre a sociedade e a

educação. A partir das concepções de escola e sociedade de Émile Durkheim e Pierre Bourdieu, traça um panorama das interações entre os ambientes (macro, meso e micro) da sociedade, da escola e da sala de aula, situando a educação como elemento importante para compreender a sociedade.

Fundamentados em rigorosa literatura, os autores apontam para a importância da comunicação para a formação humana na organização do espaço escolar, em especial, no ambiente da sala de aula, espaço em que se desenvolvem relações sociais de poder e de controle, cabendo ao professor criar as condições de interação, visando uma formação integral e significativa do estudante.

No capítulo quatro *Política educacional brasileira: implicações para o Projeto Educativo Escolar*, os autores Renata Portela Rinaldi, Cláudio Roberto Brocanelli e Silvio Cesar Nunes Militão destacam a complexidade do tema e se propõem a abordar o impacto que as políticas públicas educacionais de orientação neoliberal tiveram sobre a organização do Projeto Educativo Escolar.

Para os autores há diferentes interesses envolvidos na definição das políticas públicas, sobretudo, a ação dos organismos internacionais nesse processo, seja em âmbito mais específico, no campo educacional, seja no escopo mais amplo do papel do Estado como agente propositor das políticas públicas.

Ao final do capítulo, os autores assinalam a necessidade de se analisar os rebatimentos das reformas educacionais mais amplas nos espaços da esfera local, ou seja, na escola e na sala de aula. Essas esferas devem privilegiar seu próprio contexto, tendo como desafio organizar seu PEE de forma coletiva, visando atender a especificidade das demandas de seu meio.

Inaugurando a segunda parte do livro, o texto *Projeto Educativo Escolar: conceito, fundamentação teórica e níveis de concreção* de José Camilo dos Santos Filho discute o conceito de Projeto Educativo Escolar, situando-o como um documento de planejamento da ação educativa marcado por seu caráter de longo prazo e de visão integral do processo educativo. Para o autor, constituem-se como elementos do PEE, os aspectos teleológico, normativos, metodológicos, estratégico, epistemológico somados aos aspectos de contextualização histórica, teórica e aos elementos cultural-acadêmico e sócio-histórico e acadêmico-educacional todos detalhados no texto.

Intencionando responder as questões: o que somos; o que queremos e como nos organizamos para alcançar nossos objetivos, Santos Filho destaca que essa

construção deve ter como horizonte a transformação da sociedade, compreendendo a educação como elemento importante desse processo. Nessa perspectiva, o PEE deve refletir os princípios e expressar as prioridades da instituição, criando a identidade da escola. Expressa a dinâmica dialética entre o projeto vertical (imposto pelo Estado), o projeto ritual (interno à instituição) e o projeto intencional (postura utópica ou intencional da instituição).

Ao final, o autor discorre sobre os níveis de concretização do PEE na perspectiva de diferentes pesquisadores, concluindo que qualquer instituição educacional tem implícita ou explicitamente pressuposições sobre um modelo de currículo, sobre a filosofia, a política e a concepção de educação que a definem. Defende-se a necessidade de explicitação desses pressupostos no processo coletivo de elaboração do PEE.

O referido autor, organizador da obra, apresenta no capítulo seis a discussão em torno da temática *Projeto curricular de escola: conceito, diretrizes epistemológicas, elementos básicos*, dando um caráter de continuidade ou aprofundamento do capítulo anterior.

Partindo da premissa que todo projeto político pedagógico-curricular tem explícita ou implicitamente uma perspectiva epistemológica, José Camilo apresenta, neste capítulo, os princípios que fundamentam o projeto curricular de uma escola que se propõe à formação humana e cultural, com objetivo de desenvolver uma reflexão crítica acerca da condição humana na sociedade e no cosmo, bem como a relevância do conhecimento científico.

Apoiado nas obras de Morin (1999; 2000; 2002), apresenta duas diretrizes epistemológicas que seriam o caminho para solucionar os problemas epistemológicos vividos pelos sistemas educacionais e pela ciência de forma geral. A globalização e a complexidade da construção do conhecimento no “mundo da informação” são apontadas pelo autor como desafios de natureza cultural, sociológica e cívica que em conjunto levam ao desafio da reforma do pensamento necessário para a reforma do ensino.

Por fim, destaca a pertinência do conhecimento e a capacidade em organizar este conhecimento como princípio do trabalho da escola, em especial, para se pensar o projeto curricular-pedagógico.

De autoria de Paulo Sergio Marchelli e Carmen Lúcia Dias, o texto intitulado *Projeto Didático – dimensão didática do projeto educativo* articula as contribuições do campo da Didática e da Psicologia da Educação com a necessidade das escolas elaborarem o PEE, entendendo que é necessário explicitar o modelo didático geral no sistema de educação escolar.

Percorre o texto uma ideia de que a dimensão didática comporta práticas que se situam de um extremo de reprodução, alienação e prescrição de técnicas ao seu oposto, de transformação crítica da visão de mundo do educando.

Os autores destacam como principal problema da educação na sociedade contemporânea, a “inconsciência generalizada da educação como um fato político”, fator mais grave que os baixos salários, os resultados dos indicadores de desempenho insatisfatórios ou o desinteresse dos jovens pelo magistério, pois a falta de uma consciência política sobre esta dimensão da escola permeia as relações sociais estabelecidas.

A terceira parte do livro intitulada “Projeto educativo, o planejamento e a gestão”, inicia-se com o texto de Cláudia Pereira de Pádua Sabia que analisa as *Duas concepções antagônicas de gestão escolar: o Projeto Educativo e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)*. Neste capítulo, a autora destaca a reforma do Estado e sua articulação com as reformas educacionais detendo-se na análise dos desdobramentos dessas questões para a gestão da educação, de forma geral, e na gestão escolar, mais especificamente.

Finaliza o texto, explicitando as concepções de gestão contidas na proposta de elaboração do Projeto Educativo prescrito na LDB/1996 e presente no PDE, criado na década de 1990, como um projeto financiado pelo Banco Mundial e o MEC, com objetivo de desenvolver a gestão escolar e melhorar a qualidade de ensino.

Em seguida, José Camilo dos Santos Filho no trabalho *Elaboração do Projeto Educativo Escolar* aborda os princípios e a metodologia para a elaboração do PEE, abrange os procedimentos, a configuração inicial do projeto e a configuração definitiva do mesmo, portanto, descreve didaticamente as etapas e os principais elementos que devem ser observados para a confecção do PEE.

O décimo capítulo intitulado *Projeto educativo, planejamento participativo e projeto escolar*, de autoria de Lucia Maria Gomes Correa Ferri, Mara Elisa Capovilla Martins de Macedo e de Claudinete Maria dos Santos discorrem sobre a ação da gestão para a elaboração do PEE. As autoras abordam as transformações da educação na década de 1990, destacando os princípios de descentralização e de autonomia, presentes na LDB/1996. Defendem a necessidade de superar a ideia de planejamento como mero formalismo burocrático para concebê-lo como uma prática emancipadora, que considere a participação como elemento fundamental.

Dessa forma, as autoras compreendem o PEE como todo o processo de organização participativa, regida pela gestão democrática, que se materializa no plano

elaborado. O planejamento escolar se articula em várias temporalidades, longo prazo expresso no PEE, no médio prazo o plano de gestão de extensão temporal de três a quatro anos e no curto prazo, o plano escolar anual.

Pelo exposto, denota-se a importância da obra *Projeto Educativo Escolar* que tem como fio condutor a análise e aprofundamento teórico-epistemológico do PEE, por isso, recomenda-se a sua leitura por pesquisadores da área educacional e por profissionais que se encontram em exercício.

Consideramos que esta obra contribui não só para a reflexão sobre o significado e a importância do PEE, como também serve de um referencial importante para todos aqueles que atuam nas escolas da educação básica para implementar um planejamento significativo para a realidade da escola.

## REFERÊNCIAS

MORIN, E. *Ciência e consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *Educação e complexidade*. Os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

Recebido em abril de 2013.

Aprovado em junho de 2013.